

Os canibais de Michel de Montaigne

The cannibals by Michel de Montaigne

JEFFERSON PINHEIRO LIMA¹

Resumo: O texto que segue tem o intuito de percorrer as ideias fundamentais presentes no ensaio “Dos Canibais” (Livro I, Capítulo XXXI), do filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), presente em sua obra “Ensaaios” (1580). Para tanto, serão utilizadas duas versões do texto “Dos Canibais”: o texto contido no livro “Ensaaios” da coleção “Os Pensadores”, e também o texto extraído dos “Ensaaios” e lançado separadamente pela editora Alameda, acompanhado do breve estudo introdutório do pesquisador Plínio Junqueira Smith.

Palavras-chave: Michel de Montaigne; canibais; Ensaaios.

Abstract: The following text aims to explore the fundamental ideas present in the essay “Of Cannibals” (Book I, Chapter XXXI), by the French philosopher Michel de Montaigne (1533-1592), present in his work “Essays” (1580). To this end, two versions of the text “Of Cannibals” will be used: the text contained in the book “Essays” from the collection “The Thinkers”, and also the text extracted from “Essays” and released separately by the publisher Alameda, accompanied by the brief introductory study by the researcher Plínio Junqueira Smith.

Keywords: Michel de Montaigne; cannibals; Essays.

O texto que segue tem o intuito de percorrer as ideias fundamentais presentes no ensaio “Dos Canibais” (Livro I, Capítulo XXXI), do filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), presente em sua obra “Ensaaios” (1580). Para tanto, serão utilizadas duas versões do texto “Dos Canibais”: o texto contido no livro “Ensaaios” da coleção Os Pensadores², e também o texto extraído dos “Ensaaios” e lançado separadamente pela editora Alameda³, acompanhado do breve estudo introdutório do pesquisador Plínio Junqueira Smith⁴. Também serão usados na construção do itinerário alguns escritos do filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995), cujos títulos constarão nas referências.

Montaigne começa por demonstrar como a nossa avaliação, o nosso conhecimento sobre as coisas deve ser guiado por uma espécie de razão

¹Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará e Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. E-mail: paje.ca@hotmail.com

² MONTAIGNE, M. de. *Ensaaios*, 1972.

³ MONTAIGNE, Michel de. *Dos Canibais*, 2009.

⁴ SMITH, P. J. “Montaigne e o novo mundo”. In: *Dos Canibais*, 2009.

experimental, empírica, singular, e não pelo senso comum e seus preconceitos e opiniões gerais correntes, que vão se estabelecendo como verdades inquestionáveis. Recorre para tal objetivo a exemplos históricos, em que os sujeitos de uma ação tomavam a si mesmos como “juízes” factuais no rompimento com os pressupostos representacionais quanto a determinação de qual povo deveria ser considerado civilizado e qual outro seria bárbaro.

Quando o Rei Pirro entrou na Itália, e verificou a formação de combate do exército romano, disse: “Não sei que espécie de bárbaros são estes (pois os gregos assim chamavam a todas as nações estrangeiras), mas a formação de combate, que os vejo realizar, nada tem de bárbaro”. A mesma coisa diziam os gregos do exército que a seu país Flamínio conduziu. (MONTAIGNE, 1972).

O autor continua suas reflexões tendo como método investigativo a experimentação “pessoal” de seu encontro com um homem que vivenciara alguns anos nas terras distantes do Novo Mundo recém-descoberto no período do século XVI europeu. No entanto, faz uma pequena digressão, passando por autores antigos como Platão, Virgílio e Horácio, que relataram em seus textos clássicos a existência de uma suposta ilha chamada Atlântida, que por conta de um dilúvio havia sido submersa. Tal cataclismo teria sido responsável por extremas modificações por todos os cantos da Terra, separando regiões pelas forças das águas, mas aproximando outras terras antes separadas pelo mar. De pronto, no entanto, Montaigne deixa claro que tal ilha de Atlântida não deve ser identificada com o Novo Mundo que acabara de ser descoberto, tanto pela incrível distância extensiva quanto pela verificação feita pelos navegadores da época de se tratarem as novas terras encontradas não de uma ilha, mas de um grande continente. O autor francês relata ainda uma narrativa atribuída a Aristóteles sobre uma possível migração de certos cartaginenses – após longa navegação pelo Atlântico afora – a uma certa ilha paradisíaca que por sua fertilidade e beleza atraía, posteriormente, outras tantas famílias. Mas logo tal narrativa é, assim como as outras, refutada quanto a uma possível confusão em relação às novas regiões descobertas.

Segundo o pesquisador Plínio Junqueira Smith, em seu artigo “Montaigne e o novo mundo”, tal desvio no texto do filósofo francês não é sem propósito, já que é motivado pela distinção teórica e de opção por um dos modelos básicos que explicavam se o Novo Mundo seria uma ilha ou um continente, e tal escolha seria tanto mais relevante quanto a interpretação do canibalismo presente nas novas terras descobertas estava relacionada, pelo menos em parte, a tal explicitação.

O primeiro modelo, que supunha ser o Novo Mundo uma ilha, procurava explicar o canibalismo como uma espécie de consequência natural e inevitável da situação isolada em que os bárbaros viviam: como as condições naturais não lhes eram muito favoráveis, eles se veriam forçados a comer carne humana. Por supostamente viverem em uma ilha, onde, portanto, os recursos não seriam abundantes, onde faltaria espaço, comida e, sobretudo, carne vermelha, pois não havia cavalos, bois, porcos, e outros animais conhecidos pelos europeus, os “bárbaros” não teriam alternativa senão comer a carne de seus semelhantes. O segundo modelo explicativo do canibalismo seguia uma linha de raciocínio oposta ao supor que o Novo Mundo era um continente. Menos do que o resultado necessário de uma situação de extrema pobreza, o canibalismo seria supérfluo, um luxo que a abundância propiciada por um continente imenso permitiria. O canibalismo seria, não o mero ato físico de comer carne humana, mas um símbolo ligado à honra do guerreiro, um sinal de triunfo e superioridade sobre o inimigo vencido. Montaigne inscreve-se claramente nessa segunda linha e, na sua época, mostrar que o Novo Mundo era um continente, portanto uma terra com excesso de recursos naturais e uma vida tranquila, era imperioso para sustentar sua interpretação simbólica do canibalismo. (SMITH, 2009).

62

Retomando sua investigação experimental sobre o Novo Mundo, sua relação com o homem que retornara das terras recém-descobertas, Montaigne o descreve como alguém simples e grosseiro, mas por isso justamente como possuidor de um testemunho mais valioso, já que as pessoas dotadas de maior finura, mesmo observando as coisas com mais precisão e cuidado, tendem a alterar-lhes a verdade, visando persuadir e valorizar suas próprias interpretações. Tais pessoas nunca relatam simplesmente o que veem, mas terminam, no intuito de ganharem crédito por suas apreciações, por deformarem os fatos. Assim, a narrativa é tanto mais objetiva e fiel quando advinda da gente muito escrupulosa ou muito simples, até

mesmo por sua limitação imaginativa em inventar e justificar suas criações, ou ainda por seu viés não dogmático. O informante de Montaigne, no caso, era alguém sob tal registro de simplicidade, o que o fez acolher suas informações sem recorrer em demasia aos discursos das autoridades em pesquisas, que tendem a extrapolar os limites de seus saberes e julgarem tudo conhecer, o que prejudica a compreensão dos objetos e eventos a serem averiguados, já que buscam abarcar tudo com suas pitadas de erudição, mas pouco apreendem de fato do real.

Ao examinar por si mesmo os povos do Novo Mundo, o pensador/experimentador francês diz não perceber nada de bárbaro em tais indivíduos. Aponta inclusive para uma relatividade de perspectiva em avaliar um povo como sendo ou não do tipo “bárbaro”. Cada cultura só podendo dar conta daquilo que vivencia em seus próprios costumes e domínios, servindo-se assim de si mesma como eixo judicativo, onde sua administração, sua religião e tudo o mais parecem ser o que há de melhor, de mais perfeito.

[...] e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela ideia dos usos e costumes do país em que vivemos. (MONTAIGNE, 1972).

Montaigne alerta que chamamos equivocadamente de selvagens àqueles que mais próximos estão da natureza e mais distantes se encontram dos processos de cultura, quando tal epíteto, ou seja, o de “selvagem”, deveria ser aplicado, sobretudo, aos indivíduos que são desviados de seu curso natural de desenvolvimento. Aqui o critério privilegiado pelo autor no sentido de distinguir quem é mais vivo, vigoroso, autêntico e útil, é a proximidade com a natureza. O mundo natural é visto assim como mais potente e saboroso que o mundo dos artifícios e das adaptações corrompidas dos ditos civilizados. As produções demasiado humanas em seu abarrotamento terminam por sufocar e empobrecer a beleza das criações da mãe Terra em sua multiplicidade de cores, sons, gostos, perfumes, etc. No entanto, onde permanece intata, a natureza se mostra em todo o seu esplendor, quase que a humilhar os frívolos empreendimentos humanos. O

filósofo inverte dessa maneira a noção antropocêntrica, ou seja, da centralidade/superioridade do homem e sua arrogante racionalidade ante a pele extensiva/intensiva da natureza, dando a esta última o privilégio da grandeza e exuberância, e ao primeiro, um menor grau de perfeição.

Nesse sentido, os povos habitantes da nova terra, mergulhados predominantemente junto a natureza, não devem ser qualificados pejorativamente de selvagens por terem sido pouco modificados em sua simplicidade primeva. Ao contrário, tais povos, guiados pelas leis da natureza, essas ainda não afetadas pela intromissão “artificial” dos povos europeus civilizados, mantêm-se mais “puros” e com uma existência capaz de proporcionar maior grau de felicidade. Montaigne chega a lamentar que tal modo de vida simples e suas leis naturais não tenham podido ser apreciados por homens sábios que ainda poderiam dar-lhes o valor e reconhecimento devidos:

Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia. Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artificios. (MONTAIGNE, 1972).

64

O filósofo francês busca se utilizar então da descoberta desse Novo Mundo, desse “outro” desconhecido e de sua cultura tão diversa e estranhada como uma espécie de lente de aumento que possibilite uma percepção mais rigorosa e crítica quanto aos problemas e desafios do Velho Mundo. Como nos indica Plínio Junqueira Smith em seu artigo: menos do que idealizar (coisa que parcialmente faz) e/ou descrever fielmente os povos-outros do novo continente, Montaigne pretende, sobretudo, preparar terreno para realizar uma dura e contundente avaliação sobre o mundo “civilizado”. (SMITH, 2009). Daí o espelhamento não imitativo e não colonizador apresentado comparativamente entre os valores experimentados por cada mundo próprio (Velho e Novo Mundos), mas com a

intenção de demonstrar as vantagens que os não-civilizados levam ao viverem tão mais conforme as leis da natureza.

É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres. Contratos, sucessão, partilhas aí são desconhecidas; em matéria de trabalho só sabem da ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, a agricultura, o trabalho dos metais aí se ignoram, não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem. (MONTAIGNE, 1972).

Montaigne passa então a descrever a região recém encontrada como um lugar bastante agradável de se habitar. Por possuir um clima temperado, pouco se tinha notícias de enfermidades. Sua extensão territorial ampla, beirando o mar e limitada por platôs e altas montanhas, era abundante de peixes e carnes de ótima qualidade, os quais os indivíduos os grelhavam para se alimentar. Seus habitantes viviam em moradias coletivas produzidas com troncos e galhos de grandes árvores com madeira resistente, ocupadas por cerca de duzentas a trezentas pessoas por residência. Seus dormitórios feitos com cordas de algodão suspensas e apoiadas no teto, cada qual possuindo seu próprio leito e onde marido e mulher dormiam separados. Levantavam-se ao aparecer do sol, logo se alimentavam, não fazendo outra refeição durante o dia todo. Nada bebiam durante a alimentação, mas fora tal momento, bebiam quanto e quando desejassem. Era uma bebida extraída de certas raízes e sempre tomada morna, digestiva e laxativa. Comiam uma espécie de pasta branca, doce e insossa. Passavam o dia a dançar, os jovens sendo os responsáveis pela caça de grandes animais, tendo por arma unicamente o arco. Nesse período, parte das mulheres divertiam-se com a preparação das bebidas, sua ocupação principal.

Porém, duas características fundamentais são encontradas nesses povos segundo Montaigne: a valentia ante o inimigo e a amizade por suas mulheres. Essas recomendações sendo diariamente repetidas ao grupo por um ancião que percorria

toda a extensão da morada logo bem cedo antes da refeição matinal. São justamente a tais afetos que se poderia resumir a dimensão ética de tais grupos: valentia na guerra e amor às suas mulheres. Na prática guerreira, uma espécie de sacerdote/profeta que habita as montanhas e que aparece por vezes nas aldeias, era quem avaliava o futuro dos empreendimentos de luta, incitando ou não ao combate. Seus conselhos deviam ser precisos, pois, caso falhassem, se fossem capturados pelo grupo, era considerado como falso profeta e assim esquarterado.

Tais povos guerreavam com outros grupos que viviam além das montanhas. Seus corpos em tal empreitada se encontravam completamente nus, fazendo uso apenas de armas como arcos e uma espécie de lança de madeira. Eram batalhas que resultavam extremamente sangrentas e mortíferas, já que tais indivíduos ignoravam a fuga e o medo. Os prisioneiros desses combates eram acolhidos e bem tratados durante algum período, até o momento em que chegava a resolução de eliminá-los. Nesse ponto, Montaigne chega propriamente ao problema do canibalismo, quando considera que tal prática entre os povos ditos selvagens não se devia a uma suposta escassez de recursos para a alimentação, mas que se tratava precisamente de um signo de vingança, portanto, de uma dimensão do *ethos* guerreiro, de um plano existencial de cada grupo que realizava tal prática. O filósofo francês, no entanto, não deixa de encontrar traços de barbarismo nesse ato, nem deixa de enxergar crueldade nas mortes causadas por espancamento a indivíduos atados pelos braços sem a possibilidade de reação, e a posterior devoração e distribuição de seus pedaços aos membros do grupo vencedor nos combates. Porém, tal fato, em vez de obscurecer-lhe o pensamento com juízos morais depreciadores quanto ao outro povo e sua prática canibal e segundo o modo de valorar comum a sua cultura, termina por lhe servir de lente translúcida comparativa quanto as crueldades realizadas por seu próprio mundo, que em nome de superstições e dogmatismos cometiam atos tanto ou mais perversos ao sacrificar homens aos poucos e ainda com vida:

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem

vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (MONTAIGNE, 1972).

Montaigne parece apontar para uma avaliação das culturas não com um critério pretensiosamente universal e absoluto, mas pensá-las em suas singularidades, em suas especificidades, mas não de modo a acolhê-las por completo em suas distinções, não como em um relativismo desprezioso e acrítico. Pretende sim, evidentemente, romper com uma certa forma de pensar do ocidente e sua filosofia transcendente e representacional, com suas obsessões pelo absoluto e suas fundamentações/fundamentalismos sempre redutíveis a um Uno Superior que tudo julga e é correspondido eurocentricamente até então por uma dita Razão Humana como faculdade superior à natureza e a tudo que se lhe aproxima: instintos, corpos, afetos, sentidos, paixões, desejos, vontades. Mas o pensador francês não demonstra também uma simpatia cega pelo relativismo fácil e pela empiria vulgar, já que considera o ato do canibalismo possível sob certas circunstâncias, mas o desaprova enquanto a perspectiva propriamente do pensamento mais elaborado, sem contudo se valer da razão especulativa de sua cultura, que busca tudo reduzir a seu cânone metafísico carregado de *a priori* preconceituosos e valorações eletivas⁵ quanto a tudo que não for seu.

67

Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se os compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades. (MONTAIGNE, 1972).

⁵Com o termo “valorações eletivas”, desejo apontar para uma certa pretensão do pensamento metafísico-representacional e sua arrogância que se arvora em ser o modo ou modelo de pensamento eleito que tudo ajuíza do “alto” de seu ascetismo moral quanto a outras maneiras de pensar e viver mais na perspectiva do jogo de forças do que na segurança das formas. Para uma compreensão mais intensiva quanto ao problema da seleção dos pretendentes e da eleição dos ditos melhores entre esses no terreno do platonismo, cf. DELEUZE, G. “Platão e o Simulacro”. In: *Lógica do Sentido*, 1998.

Dessa maneira, Montaigne põe a si mesmo e àqueles que se dispuserem a pensar em nome próprio a tarefa de desfazer a imagem dogmática do pensamento⁶, ou seja, procura desmanchar as formas rígidas de reflexão que buscam fixar numa origem ou em um *telos* determinado a Natureza e a condição humana. Pensar/dizer em nome próprio aqui significa falar por afectos, intensidades, experimentações singulares, mas não se trata absolutamente de um “eu”, de um pessoalismo identitário, de um sujeito do conhecimento com seus esquemas colonizadores da realidade. Trata-se ao contrário, para se falar em nome próprio, de um rigoroso exercício de dessubjetivação, de despersonalização, no sentido que o nome passa a ser a apreensão às multiplicidades, às diferenciações e alteridades que o atravessam como abertura a modificação de si. Como indica Deleuze:

O nome como apreensão instantânea de uma tal multiplicidade intensiva é o oposto da despersonalização operada pela história da filosofia, uma despersonalização de amor e não de submissão. Falamos do fundo daquilo que não sabemos, do fundo de nosso próprio subdesenvolvimento. Tornamo-nos um conjunto de singularidades soltas, de nomes, sobrenomes, unhas, animais, pequenos acontecimentos. (DELEUZE, 1992).

68

Montaigne assim pensa e diz em nome próprio, mas o faz de maneira que sua subjetividade experimenta um certo nomadismo, uma certa itinerância, uma peculiar movência ao interpretar os costumes dos povos recém descobertos do Novo Mundo. Não os significa a partir da perspectiva de sua cultura, ao contrário, busca deixar-se afetar e compreender distintamente seus valores como condição de nobreza natural frente ao modelo civilizatório europeu hegemônico, com seu esgotamento e obsessão por tudo devorar indiscriminadamente. Avalia “a seu modo”, aberto aos valores e costumes peculiares aos povos “canibais”:

⁶ Sobre a noção de imagem dogmática do pensamento, cf. DELEUZE, G. *Diferença & Repetição*, 2006.

Não entram em conflito a fim de conquistar novos territórios, porquanto gozam ainda de uma uberdade natural que sem trabalhos nem fadigas lhes fornece tudo de que necessitam e em tal abundância que não teriam motivo para desejar ampliar suas terras. Têm ademais a felicidade de limitar seus desejos ao que exige a satisfação de suas necessidades naturais, tudo o que as excede lhes parecendo supérfluo. Tratam-se mutuamente por irmãos quando são da mesma idade, e aos mais jovens chamam filhos; e pais aos velhos, indistintamente. (MONTAIGNE, 1972).

Montaigne busca assim destacar a diferença fundamental que experimentou ao tomar conhecimento das variantes culturais das sociedades recém-descobertas, mas sobretudo para afirmá-las e dignificá-las como honrosas ante os valores de sua própria cultura de arrogâncias e horrores não “confessados”, não admitidos. Para tanto, o filósofo francês se vale da observação de como se constituíam as relações dos povos ditos selvagens quanto a questão da propriedade, tratada por eles como herança natural pertencente ao todo, com a ausência de títulos e divisões desagregadoras. Quanto a dimensão guerreira, verifica que os combates tinham para os vitoriosos um valor especialmente simbólico, de atribuição de glória, valentia e coragem que os tornavam superiores a seus inimigos. Nada tomavam aos vencidos em termos de bens, já que não os necessitavam e nem saberiam o que fazer com tais excedentes.

À exigência de que os vencidos se reconhecessem enquanto tal, Montaigne percebeu que entre esses povos essa atitude era improvável, inconcebível, pois o que mais cuidavam em ostentar era sua coragem de guerreiros, preferindo a morte e a devoração a assumirem-se derrotados. No entanto, tudo era tentado pelo lado dos vencedores no intuito de extrair algum sintoma de assunção de derrota ou debilidade do prisioneiro, como marco fundamental da verdadeira vitória sobre o inimigo. Desse modo, não a posse, a necessidade ou a dominação escrava, mas a honra como critério da potência guerreira.

Dão-lhes inteira liberdade, a fim de que a vida lhes seja mais cara, e não cessam de entretê-los acerca da morte que os espera brevemente, das torturas que experimentarão, dos preparativos para o suplício, de seus membros decepados e do festim que farão com eles. Tudo isso no intuito de lhes arrancar alguma palavra de

queixa ou fraqueza, ou de os levar à fuga, com o que mostram tê-los apavorado e triunfado de sua firmeza de ânimo. Nisso, em verdade, e só nisso consiste a vitória. (MONTAIGNE, 1972).

Montaigne se permite tocar pela experiência dos “bárbaros”, dos canibais, e afirma estar no caráter e na vontade o valor dos homens e a admiração que inspiram. A valentia guerreira que emanam o faz asseverar que é a coragem e firmeza de ânimo que determinam a força de alguém, e não o vigor físico propriamente. Aquele que enfrenta destemidamente os combates e os inimigos sem sucumbir à possibilidade da morte iminente é considerado um homem com grandeza de alma.

Quem sucumbe sem que sua coragem se abata; “quem, se cai, combate de joelho”; quem, apesar das ameaças de morte não perde sua altivez; quem, agonizante, permanece impassível e com o olhar desafia ainda o inimigo, não é por nós abatido e sim pelo destino. Morre mas sem ser vencido. (MONTAIGNE, 1972).

70

Não é um fim vencedor o que de fato interessa, mas a maneira como se combate; a glória não consiste no resultado, mas na coragem em não se dobrar diante do inimigo, na honra em não se dar por vencido de modo humilhante. Assim, pode-se dizer que, seguindo o que nos narra Montaigne, passava a haver aí todo um combate simbólico após a guerra propriamente. Pois os vencedores de um lado buscavam sob todas as formas estratégicas conduzir os vencidos a se assumirem como derrotados, enquanto os prisioneiros resistiam bravamente a tais investidas, nunca cedendo a seus opositores, muito ao contrário, desafiavam-nos pelo discurso franco e exortavam-nos a definirem o mais depressa possível o seu destino. Jogo simbólico que marca uma espécie de ética canibal, em que os povos devoravam-se uns aos outros, e que ao comerem o outro de alguma maneira alimentavam-se de sua própria carne, de sua própria alma, de seus antepassados, já que estes em outro momento teriam servido de alimento na constituição das forças do inimigo em questão. Jogo antropofágico que escapa ao juízo do bem e do

mal, e se faz “moral” da composição vital de cada um e do grupo como estética existencial, como crueldade/beleza do sensível imanente cósmico nos rituais da assimilação da potência do outro. Todo um mútuo vitalismo (o vencedor/canibal e o vencido/desafiador) se insinua aí como distinção plena da moral europeia religiosa e seus ritos de morte gratuita de caráter supersticioso e obediência transcendente. Utilizando-se de seu método perspectivista/empirista, como analisador de cada cultura em seu modo de ser único, Montaigne relativiza mais uma vez a interpretação de quem seriam de fato os bárbaros nessa relação/comparação entre selvagens e civilizados:

Tenho em meu poder o canto de um desses prisioneiros. Eis o que diz: “Que se aproximem todos com coragem e se juntem para comê-lo; em o fazendo comerão seus pais e seus avós que já serviram de alimento a ele próprio e deles seu corpo se constituiu. Estes músculos, esta carne, estas veias, diz-lhes, são vossas, pobres loucos. Não reconheceis a substância dos membros de vossos antepassados que no entanto ainda se encontram em mim? Saboreai-os atentamente, sentireis o gosto de vossa própria carne.” Haverá algo bárbaro nesta composição? Os que lhes descrevem os suplícios e os representam no momento em que são esbordados, pintam-nos cuspiendo no rosto dos que os trucidam em meio a caretas. E, com efeito, até exalarem o último suspiro, não param de desafiar os inimigos tanto pelas atitudes como pelos propósitos. Por certo, em relação a nós são realmente selvagens, pois entre suas maneiras e as nossas há tão grande diferença que ou o são ou o somos nós. (MONTAIGNE, 1972).

71

Como já explicitado, além da coragem guerreira, Montaigne nota que os povos “selvagens” possuíam uma relação muito peculiar com as mulheres. Diferentemente da moral monogâmica da civilização europeia, aí os homens se relacionavam com várias mulheres, tanto maior o número delas quanto mais valentes fossem. O ciúme não era um problema, ao contrário, as mulheres faziam questão de arranjar outras companheiras para seus maridos, pois a quantidade de esposas era o signo de distinção da coragem do companheiro. Montaigne avalia tal condição matrimonial como uma vivência com máximo grau de virtude, e não como uma espécie de milagre, leitura essa que seria feita pelos seus. Demonstra ainda que essa maneira de se portarem afetivamente nada tinha de obediência

servil a um costume vindo da tradição, e que sua linguagem e suas canções amorosas eram ricas em beleza e delicadeza, traços esses que lhes retiravam a conotação pejorativa de “bárbaros” e os aproximavam inclusive do que de mais nobre pôde a civilização ocidental inventar.

Transcrevi aqui um de seus cantos guerreiros, pois tenho também uma canção de amor: “Serpente, para; para, serpente, a fim de que minha irmã copie as cores que te enfeitas; a fim de que eu faça um colar para dar à minha amante; que tua beleza e tua elegância sejam sempre preferidas entre as das demais serpentes.” É a primeira estrofe e o estribilho da canção; ora, eu conheço bastante a poesia para julgar que este produto de sua imaginação nada tem de bárbaro, antes me parece de espírito anacreôntico. Aliás a língua que falam não carece de doçura. Os sons são agradáveis e as desinências das palavras aproximam-se das gregas. (MONTAIGNE, 1972).

Mas foi sobretudo um episódio em que três dos habitantes da Nova Terra visitaram o Velho Mundo, que Montaigne confirmou o quanto tais pessoas se distinguem em percepção da cultura ocidental, não por sua suposta bestialidade, mas sim por sua lucidez e espírito de liberdade e justiça na avaliação da cultura dita civilizada e superior. Em sua estadia em Ruão⁷, o rei Carlos IX⁸ e os seus, ofereceram aos “selvagens” grandes festas, mostraram-lhes as cidades, seu funcionamento, seus moradores. Quando perguntados posteriormente sobre o que pensaram da cidade, os homens da floresta disseram não entender como tantos indivíduos adultos, fortes e com armas podiam se submeter a autoridade de uma criança, quando o mais adequado seria que tivessem como comandante algum desses homens de maior estatura. Porém, o que notaram de mais grave e estranho na vida dos cidadãos foi o desnível material existente entre seus habitantes. Enquanto uns, bem alimentados, gozavam comodamente a vida, uma parte considerável da população se encontrava em estado de absoluta miséria, mendigando esfomeados às portas dos outros. E o que mais os espantaram foi

⁷ Cidade localizada na região da Normandia, no noroeste da França.

⁸ Carlos IX (1550-1574) – Rei da França de 1560 até a sua morte.

verificar que esses homens desgraçados suportavam tanta injustiça de modo resignado, sem se rebelarem e porem fogo às casas dos privilegiados, o que caracterizava uma espécie de servidão voluntária por parte de tais miseráveis.

Do que foi apresentado aqui, pode-se inferir que o autor dos “Ensaio” é um pensador do livre exame, da experiência crítica, do ceticismo pirrônico e da proliferação/multiplicação de pontos de vista na relação com os “objetos” e seu conhecimento. Montaigne escapa assim à tradição metafísica da sabedoria da transcendência, com seus métodos frios e abstracionistas de avaliação do real pelo distanciamento dos sentidos e do corpo e seu investimento epistemológico numa espécie de razão pura com pretensões universais absolutistas. O pensador francês busca sim pensar o humano em seus aspectos universais, mas o homem em sua condição imanente na relatividade das culturas, das experimentações singulares, em seu constante movimento e transmutações, em sua multiplicidade, parcialidade, precariedade e inconstância. Para tanto, a condição do investigador no mundo é a de perguntar-se por si mesmo e avaliar-se a si mesmo, por suas experiências subjetivas únicas, por sua capacidade de invenção e pensamento próprios na relação direta com o real, e não ficar detido no mero conhecimento enciclopédico ou no nível das opiniões correntes. É desse modo que Montaigne pode destoar quanto a análise dos canibais das terras recém-descobertas no século XVI, dotando-os de uma dignidade existencial estranha a seus conterrâneos, utilizando-os até mesmo como uma espécie de holofote/vagalume sobre os costumes de seu povo, no intuito de fazer passar outras imagens para o pensamento, imagens não dogmáticas, imagens borradas, embaçadas, com luzes menores, cambiantes, que possam fazer ver algo além de si mesmos e de sua cinzenta racionalidade que tudo pretende julgar e subjugar. Os canibais de Montaigne – como ele os percebe – possuem um vitalismo excepcional numa terra de maravilhas, gozam a existência de modo simples e sem mediações (nem Estado, nem dinheiro), usufruindo do que a natureza os oferece, eles mesmos não se colocando como superiores a mãe Terra. Composição que seduz o pensador francês, pois tal modo de vida o parece mais “civilizado” (por sua naturalidade, conexão corpo/alma com a pele/espírito do mundo, vida abundante, expansiva) que os modos de seu povo, esses sim “selvagens”, “bárbaros” adornados,

moralizadores/contentores da vida em seu território seguro e mesquinho.⁹ Os canibais de Montaigne são como uma enciclopédia viva, transbordante e alegre, ética/estética crua, cruel, que devoram sem culpa, sem pecado, e nos devoram potencializando, se nos disponibilizarmos à compreensão ativa e generosa de suas vozes/vazantes que ecoam no *caosmos*.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: P. P. Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução: L. Orlandi e R. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução: L. R. S. Fortes. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MONTAIGNE, Michel. de. *Dos canibais*. Tradução: L. A. A. Eva. São Paulo: Editora Alameda, 2009.

MONTAIGNE, Michel. “Dos canibais”. In: *Ensaio*. Tradução: S. Milliet. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972 (Coleção Os Pensadores).

SMITH, Plínio Junqueira. “Montaigne e o novo mundo”. In: *Dos Canibais*. Tradução: L. A. A. Eva. – São Paulo: Alameda, 2009.

Submissão: 12. 03. 2025

/

Aceite: 30. 10. 2025

⁹ Na verdade, parece fazer parte do método de Montaigne complicar os termos. Aqui no caso as noções de bárbaro/selvagem e civilizado, tirá-los de seu registro hegemônico-histórico de significado lapidar e injetá-los certo sentido lacunar, ou seja, quebrar a rigidez/fixidez de tais termos e abrir-lhes algumas brechas, fissuras, com o intuito de dar a essas palavras uma conceituação que escape ao senso comum que se cristalizou e as tornou um signo de superioridade das sociedades ditas civilizadas ocidentais sobre todas as demais que não podiam ou se recusavam a copiar o modelo valorativo dessas culturas.